


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **3001678-96.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

**CONCLUSÃO**

Aos 09/04/2014 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

**RELATÓRIO**

**MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** opõe embargos à execução de verbas de sucumbência que lhe move **EUGEN ROSEL** alegando excesso de execução uma vez que o exequente, em seus cálculos, incluiu o reembolso da Taxa da OAB e as custas processuais, o que é indevido, pois a fazenda pública é isenta, na forma do art. 39 da LEF e art. 6º da Lei Estadual nº 11.608/03.

A embargada não se manifestou (fls. 09).

**FUNDAMENTAÇÃO**

Julgo o pedido na forma do art. 330, I e 740, *caput*, ambos do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

Os embargos não devem ser acolhidos.

O embargado está cobrando o ressarcimento de custas e despesas processuais que efetivamente desembolsou.

Segundo o art. 39, parágrafo único da LEF: "se vencida, a Fazenda Pública ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária".

E, nos termos do art. 27 do CPC: "as despesas dos atos processuais, efetuados a requerimento do Ministério Público ou da Fazenda Pública, serão pagas a final pelo vencido".

Logo, os valores reclamados são mesmo devidos.

**DISPOSITIVO**

Ante o exposto, **REJEITO** os embargos, deixando de condenar o embargante em honorários pelo incidente, uma vez que o advogado do embargante não atuou nos presentes.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Transitada em julgado, expeça-se RPV nos autos da execução.

P.R.I.

São Carlos, 30 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**